**MODELO DE PETIÇÃO**

**PROCESSO CIVIL. COBRANÇA. SALDO DEVEDOR. CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. INICIAL**

**Rénan Kfuri Lopes**

Exmo. Sr. Juiz de Direito da ... Vara Cível da Comarca de ...

(nome da instituição credora, endereço eletrônico, residencial e CNPJ), por seu advogado *in fine* assinado, *ut* instrumento de procuração em anexo (doc. n. ...), vem, respeitosamente, com fulcro no art. 319 do CPC[[1]](#footnote-1), propor a presente AÇÃO DE COBRANÇA contra (nome, qualificação, endereço eletrônico e residencial), pelas razões de fato e direito adiante articuladas:

1. A autora em data de ...firmou com o réu um contrato de alienação fiduciária em garantia, de n. ..., vindo a ajuizar ação de busca e apreensão, dada a inadimplência do réu.

2. Em tal ação, a autora promoveu a venda do bem ao Sr. ..., pela quantia de ..., utilizando-se do valor da venda para pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes da cobrança que somavam até a data da venda em ...

3. O valor apurado com a venda do bem fora insuficiente para o pagamento do crédito reclamado na ação e demais despesas, razão pela qual restando um saldo devedor da ordem de ..., atualizado até a data do ajuizamento da presente ação, visando o seu respectivo recebimento.

4. ***Ex positis***, o autor requer:

a) seja JULGADA PROCEDENTE A PRESENTE AÇÃO para condenar o réu ao pagamento do valor de R$ ..., corrigido monetariamente a partir do ajuizamento, mais juros moratórios de 1% desde a citação, custas processuais e honorários advocatícios;

b) a citação no endereço registrado no preâmbulo, para, querendo, contestar, sob pena de revelia;

c) a produção de provas documental, testemunhal, pericial, e, especialmente, o depoimento pessoal do réu, sob pena de confissão;

d) o cadastramento do signatário para as vindouras intimações.

P. Deferimento.

(Local e data)

(Assinatura e OAB do Advogado)

1. **Art. 319.** A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. [↑](#footnote-ref-1)